



DMT - Termo de Referência e Anexos

Processo nº **23114.911986/2022-87**

Interessado: **Diretoria Geral - Campus Rio Paranaíba**

TERMO DE REFERÊNCIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - CAMPUS RIO PARANAÍBA

PREGÃO Nº 086/2022

(Processo Administrativo n.º 23114.911986/2022-87/)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços não continuados de Som, Iluminação, Decoração e Montagem de Estruturas visando atender às necessidades da Cerimônia de Colação de Grau dos Formandos do 1o Semestre de 2022 da Universidade Federal de Viçosa - Campus Rio Paranaíba, que será realizada no dia 01 de setembro de 2022, em sessão única, às 16 horas, no Pátio do Prédio do Laboratório de Ensino - LAE, na Universidade Federal de Viçosa - Campus Rio Paranaíba, na cidade de Rio Paranaíba/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e no Anexo I - Das especificações.

1.2. ATENÇÃO: Havendo divergência entre a descrição vinculada ao código SERPRO e a descrição detalhada do Anexo I - Das especificações, prevalece a deste último.

1.3 A descrição complementar dos itens constantes da Relação de Itens encontra-se no anexo I do Termo de Referência.

1.4 Será facultada a vistoria no local de execução dos serviços. Caso não seja possível o comparecimento do contratado, será exigida declaração de pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços.

1.5 A prestação dos serviços deve ser iniciada na semana que ocorrerá o evento, preferencialmente a partir de 29/08/2022, tendo em vista que o ambiente estará liberado para a montagem dos equipamentos.

1.6 O evento de colação de grau será realizado no dia 01 de setembro de 2022, em sessão única, às 16 horas, no pátio do prédio denominado Laboratório de Ensino (LAE) da Universidade Federal de Viçosa - Campus Rio Paranaíba, situado na rodovia BR 230 km 8, s/nº Zona Rural, na cidade de Rio Paranaíba/MG.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. As contratações, objeto desse Termo, estão em estrita consonância com os programas de Ensino, Pesquisa, Extensão e manutenção da funcionalidade da Universidade Federal de Viçosa. Os órgãos requisitantes e as justificativas para cada aquisição encontram-se nas solicitações que são parte desse processo.

2.3. A contratação, objeto deste termo, justifica-se pela necessidade de atender as demandas administrativas e de ensino de diversos departamentos e secretarias, necessários para aulas de graduação e pós graduação da Universidade Federal de Viçosa.

2.5. As quantidades a serem adquiridas foram estimadas em função do consumo do órgão e provável utilização, sendo obtida com base no consumo de exercícios anteriores.

2.6. Os itens pretendidos para esta contratação encontram-se no Plano Anual de Contratações para o ano de 2022.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.1.1. A contratação deverá seguir os seguintes parâmetros de Responsabilidade Socioambiental:

4.1.2. Os critérios de sustentabilidade da demanda deverão estar alinhados a diretriz do art. 3 da Lei 8666/93, Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União e normativos correlatos.

4.1.3. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: a empresa deverá apresentar os respectivos registros e comprovações oficiais (ex. Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras), além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.

4.2. Declaração do contratante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1. As contratações, objeto desse Termo, são de natureza comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. A prestação dos serviços deve ser iniciada na semana que ocorrerá o evento, preferencialmente a partir de 29/08/2022, tendo em vista que o ambiente estará liberado para a montagem dos equipamentos; O evento de colação de grau será realizado no dia 01 de setembro de 2022, em sessão única, às 16 horas, no pátio do prédio denominado Laboratório de Ensino (LAE) da Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba, situado na rodovia BR 230 km 8, s/nº Zona Rural, na cidade de Rio Paranaíba/MG.

6.2. O frete, carga e a descarga correrão por conta da contratada.

6.3. Todos os itens deverão atender rigorosamente às especificações constantes deste Edital e seus Anexos. A entrega fora das especificações indicadas implicará na recusa, por parte da Administração, que os colocará à disposição do fornecedor para substituição imediata.

6.4. Os itens deverão ser entregues dentro do prazo estabelecido e será considerada como recusa formal a falta de entrega dos mesmos no prazo estabelecido, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado pelo fornecedor e reconhecido pela UFV.

6.5. As entregas devem ser realizadas em dias úteis, no período de 08:00 às 16:00, em horário corrido, impreterivelmente.

6.6. O recebimento e aceitação dos materiais e equipamentos obedecerão, no que couber, ao disposto na Lei nº 8.666/93, na Lei nº 4.320/64, demais legislações pertinentes e as normas e condições descritas abaixo:

6.6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.9. O pagamento somente ocorrerá após o recebimento definitivo do material.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma

estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo e prazo de garantia ou validade;

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta)** dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema,

mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6 / 100) / 365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a

Contratante;

13.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

13.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

13.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

15.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 67.223,33 (sessenta e sete mil, duzentos e vinte e três reais e trinta e três centavos).

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a

generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

Rio Paranaíba, 20 de julho de 2022

Edna Valdirene de Freitas Fernandes
Serviço de Material

Marco Lúcio Gesualdo Pesce
Serviço de Material
(substituto conforme Ato 0650 de 21/06/2022)

Das especificações - ANEXO I

ITEM	SERPRO	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (TOTAL) (R\$)
1	13757	UD	1	<p>INSTALAÇÃO / OPERAÇÃO / LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE LUZ, IMAGEM E SOM - 1.1. Serão necessários os equipamentos descritos abaixo e profissionais para efetuar a operação dos equipamentos durante a realização do evento. Dessa forma, o contratado fica obrigado a manter durante a realização da cerimônia no mínimo um técnico, para operar os equipamentos de som e iluminação, seguindo as orientações que lhe serão repassadas durante o teste dos equipamentos. 1.2. Equipamentos de P.A., Equipamentos de Iluminação, Equipamentos de Efeito</p> <p>P.A. 01 Mesa de som digital com no mínimo 16 canais 01 Notebook com no mínimo 1GHZ, 160 de HD e 4GB de memória RAM; 08 Caixas Line Array com falantes de 2x10" + driver TI ou 2x12" + driver TI em guias de onda; 06 Caixas Subgrave com 02 falantes de 18" cada; MONITOR (PALCO) 04 Monitores com falantes 2x12 ou 2x10 + driver TI; ACESSÓRIOS 08 Microfones dinâmico; 02 Microfone sem fio UHF (alcance mínimo 50 metros); 04 Direct box; 04 Pedestais Girafa; 04 Pedestais de mesa. 24 pares led 3 watts 54 Leds 4 mini brutti 4 lâmpadas 4 mini brutti 2 lâmpadas 8 moving beam 200 Rack dimmer 12 canais dmx Mesa de iluminação condizente com os equipamentos solicitados 1.3. Profissionais 01 Operador de Áudio Mix-DJ Capacitado. Obs: o operador de áudio deverá executar música ambiente e músicas especiais do evento, fornecidas pelos servidores responsáveis, que explicarão o momento certo no qual cada música deverá ser tocada, juntamente com o script do evento. 01 Operador de</p>	26.333,33

				<p>Iluminação Capacitado. 1.4. A desmontagem deverá iniciar-se imediatamente após o término do evento. 1.5. A empresa licitante deverá, OBRIGATORIAMENTE, às 09 (nove) horas do dia 01 de setembro de 2022, estar presente no ensaio geral dos formandos, para realizar um teste dos equipamentos montados para a Cerimônia de Colação de Grau. Esse teste será acompanhado pela Sra. Kerly Cristina de Oliveira, que atestará a pertinência dos equipamentos, bem como sua qualidade, podendo rejeitar ou solicitar que os serviços sejam refeitos.</p>	
2	17019	SE	1	<p>DECORAÇÃO EVENTOS - SOLENIDADE - 2.1.Confecção de um arranjo tipo jardineira em toda a extensão frontal do palco (aproximadamente 9,0m), com flores diversas preferencialmente em tons branco e amarelo, laranja e folhagens variadas, conforme projeto em anexo; 2.2. Mesa para autoridades medindo aproximadamente 6,40m x 0,80m (para acondicionar 10 cadeiras), conforme projeto (ANEXO A); 2.3. Toalha para mesa de autoridades (entre 11m e 13m),na cor branca ou pérola. A mesa para autoridades mede aproximadamente 6,40m; 2.4.Saia em torno do palco na cor branca, pérola ou preta, com as seguintes medidas aproximadas: 6m x 9m x 6m (lateral x frente de palco x lateral) com altura aproximada de 0,70 m (altura do palco); 2.5.Tapete de carpete vermelho com 38m (comprimento) para colocar no corredor de entrada; 2.6.Painel revestido de tecido branco anti-chamas cobrindo a estrutura interna do box truss ao fundo do palco. Esse painel tem as seguintes medidas de referência: altura 4m, largura 8m. Neste local será fixado o brasão da UFV, conforme projeto em anexo; 2.7. 750 (setecentas e cinquenta) cadeiras plásticas (preferencialmente brancas ou pretas); 9 (nove) cadeiras plásticas para pessoas obesas (estes assentos devem suportar uma carga de 250 kg), 190 (cento e noventa) cadeiras de ferro para os formandos e autoridades. As cadeiras (incluindo capacidade e dimensões) devem estar em conformidade com a norma ABNT NBR 9050:2020. As cadeiras deverão estar devidamente organizadas de acordo com as informações fornecidas pelos servidores responsáveis, sendo distribuídas em forma de plateia entre os formandos e os convidados, sendo que o número de cadeiras destinadas aos formandos será informado pelos membros da organização na semana que antecede o evento; 2.8. 04 (quatro) mesas de apoio (sendo 01 para mesa de homenagens, 01 no palco para diplomas e 02 para suporte de água) forradas com toalhas preferencialmente nas cores branco ou pérola, conforme projeto; 2.9. 04 toalhas de mesa redondas, na cor branca ou pérola, para aparadores do serviço de buffet, 03 (três) puffs e 02 (dois) sofás para sala vip de autoridades que será montada no hall de entrada do auditório LAE 147; 2.10. 01 (uma) mesa/balcão de 02 (dois) metros para entrega de becas e 02 (dois), espelhos de mínimo 1,50m para camarim dos formandos que será montado no auditório LAE 136; 2.11.O espaço para a montagem dos serviços será liberado no dia 31 de agosto. A montagem deverá ser concluída, impreterivelmente, até as 10h do dia 1º de setembro de 2022, Os arranjos florais poderão ser concluídos até as 13h do dia 1º de setembro de 2022. A desmontagem deverá iniciar-se imediatamente após o término do evento; 2.12.A empresa licitante deverá enviar para análise os modelos dos arranjos a serem confeccionados e o mostruário da toalha a ser colocada na mesa diretora da Cerimônia de Colação de Grau, até o dia 22 de agosto de 2022, no e-mail kerly.oliveira@ufv.br ; 2.13.A empresa vencedora do certame deverá designar um representante no local, para o acompanhamento da execução do serviço contratado,</p>	16.700,00

				informado no e-mail kerly.oliveira@ufv.br até o dia 22 de agosto de 2022.	
3	22888	SE	1	<p>LOCAÇÃO DE TABLADOS, TIPO PRATICÁVEIS, COM INSTALAÇÃO Estrutura do Palco: palco com medidas: 9 m de boca; 5,70 m de profundidade (não podendo exceder medidas). Altura do piso: 0,70m do piso acabado local. O piso do palco deverá ser em madeirite resinado, espessura mínima de 20 mm, em perfeito estado de conservação, totalmente revestido em carpete novo nas cores preta ou cinza escuro, com espessura mínima de 4 mm. Guarda-corpo metálico com rodapé, acabamento em pintura ou cromado em perfeito estado de conservação, deverá ser montado no fundo dos praticáveis e possuir 105 cm de altura, com travamento intermediário e rodapés com 20 cm. (ANEXO A). 3.2. Estrutura praticável: 02 (dois) tablados tipo praticável (em forma de arquibancada), montado com disposição lateralmente ao palco, de maneira a integrar palco e praticável. Medidas gerais de cada tablado: 8,50 m de frente; 5,70 m de profundidade (Não podendo exceder). Cada tablado será elevado a 0,70 m e em 5 níveis. O primeiro degrau terá 1,70 m de largura X 0,70 com de altura; os demais 4 degraus terão de 1,0 m de largura x 15 cm de altura cada. Em cada tablado serão colocadas cadeiras para, aproximadamente, 75 formandos. O guarda-corpo metálico com rodapé, acabamento em pintura ou cromado em perfeito estado de conservação, deverá ser montado nas laterais e no fundo dos praticáveis e possuir 105 cm de altura, com travamento intermediário e rodapés com 20 cm. Não será admitido guarda-corpo amarrado às estruturas do praticável. O piso deverá ser em madeirite resinado, espessura mínima de 20 mm, em perfeito estado de conservação, totalmente revestido em carpete novo nas cores preta ou cinza escuro, com espessura mínima de 4 mm, e corrimãos em todas as escadas. 3.3 Acesso ao palco/praticável: 02 (duas) escadas em estrutura metálica para acesso ao palco e aos praticáveis, cada escada com medidas aproximadas de 1,00 m (largura) X 0,85 m (comprimento), 3 degraus, altura a ser alcançada 70 cm do piso. As escadas deverão apresentar guarda-corpo e corrimão com espessura mínima de 4 mm conforme demonstrado em projeto (ANEXO A); 3.4 Acesso ao palco/praticável: Rampa para acesso ao palco em estrutura metálica com comprimento total de 8,20 m (já incluído área para manobra de 1,20 m) e 1,0 m de largura, inclinação de 10%, altura a ser alcançada 70 cm do piso, e guia de balizamento nas bordas conforme demonstrado em projeto (ANEXO A); 3.5 Instalação de estruturas box truss ao fundo do palco, com as seguintes medidas de referência: altura 4m , largura 9m. Neste painel será fixado o brasão da UFRV, conforme projeto em anexo. 3.6. A desmontagem deverá iniciar-se imediatamente após o término do evento.</p>	24.190,00

Ordenador de Despesas

Solicitação(ões) Constantes neste Processo:

X Aprovado

___ Reprovado

Estudo Técnico Preliminar:

X Aprovado

___ Reprovado

Termo de Referência:

X Aprovado ___ Reprovado**Assinaturas Requeridas:**

1. Responsável pela elaboração do Documento e /ou Presidente da Equipe de Planejamento.
2. Ordenador de Despesas.



Documento assinado eletronicamente por **MARCO LUCIO GESUALDO PESCE, Técnico-Administrativo em Educação**, em 25/07/2022, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dti.ufv.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0774487** e o código CRC **941E3D60**.

Referência: Processo nº 23114.911986/2022-87

SEI nº 0774487

Campus Viçosa
Av. Peter Henry Rolfs, s/nº, Campus Universitário
36570-900 Viçosa/MG

Campus Florestal
Rodovia LMG-818, km 6
35690-000 Florestal/MG

Campus Rio Paranaíba
Rodovia MG-230, Km 7, Zona Rural, Rodoviário
38810-000 Rio Paranaíba/MG